



N.º 15 | Dezembro 2007

[<http://www.almadan.publ.pt>]

[migrado de <http://almadan.cidadevirtual.pt>]

- I **Sumário**
- II **Editorial** | Jorge Raposo
- Arqueologia**
- III **Entre as Grutas e os Monumentos Megalíticos:** problemáticas e interrogações na Pré-História recente do Alto Ribatejo  
Alexandra Figueiredo
- IV **25 Anos de Investigação Arqueológica em Portugal (1982-2007). A Pré-História Holocénica:** referências bibliográficas  
Carlos Tavares da Silva
- V **Intervenção Arqueológica no Casal do Rebolo (Sintra):** da diversidade das estruturas à larga diacronia de ocupação  
Alexandre Gonçalves e Catarina Coelho
- VI **Citânia de Briteiros:** trabalhos arqueológicos recentes (2007)  
Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz
- VII **Vila de Castelo de Vide:** um *habitat* proto-histórico  
João F. A. Magusto
- VIII **Casa dos Bicos 25 Anos Depois:** marcas de oleiro em *terra sigillata*  
Eurico de Sepúlveda e Clementino Amaro
- IX **Ocupação Romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama:** evidências de estruturas termais junto da porta Nascente de *Olisipo*  
Victor Filipe e Marco Calado
- X **Capela de São Pedro da Capinha (Fundão):** primeira intervenção  
Elisa Albuquerque e Constança Guimarães dos Santos
- XI **Evidências de Ocupação Romana no Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo** (Vila Franca de Xira)  
João Pimenta e Henrique Mendes
- XII **A Torre Medieval de Santa Catarina de Sítimos:** elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada  
António Rafael Carvalho
- XIII **Tomar Islâmica do Gharb al-Andalus:** a alcáçova e arredores  
Salette da Ponte
- XIV **Paleodemografia e Patologia Oral** na população exumada da Igreja de Santiago Maior de Monsaraz  
Patrícia Peralta e Ana Luísa Santos
- XV **Notícias: actividade arqueológica**

al-madan IIª Série, n.º 15, Dezembro 2007

al-madan online / adenda electrónica

**Propriedade**

Centro de Arqueologia de Almada  
Apartado 603 EC Pragal  
2801-601 Almada PORTUGAL  
Tel. / Fax 212 766 975

E-mail [secretariado@caa.org.pt](mailto:secretariado@caa.org.pt)

Registo de imprensa 108998

[Http://www.almadan.publ.pt](http://www.almadan.publ.pt)

ISSN 0871-066X Depósito Legal 92457/95

Director Jorge Raposo ([director.almadan@clix.pt](mailto:director.almadan@clix.pt))

**Conselho Científico** Amílcar Guerra, António Nabais,  
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

**Redacção** Rui Eduardo Botas, Ana Luísa Duarte,  
Elisabete Gonçalves e Francisco Silva

**Colunistas** Mário Varela Gomes, Amílcar Guerra, Victor Mestre,  
Luís Raposo, António Manuel Silva e Carlos Marques da Silva

**Colaboram na edição em papel** Ass. Prof. de Arqueólogos,  
M.ª Fátima Abraços, Mila S. Abreu, Elisa Albuquerque, M.ª José  
Almeida, Miguel Almeida, Sara Almeida, Pedro Barros, Filipa Bragança,  
Sandra Brazuna, Jacinta Bugalhão, Guilherme Cardoso, António Rafael  
Carvalho, Pedro S. Carvalho, António Chéney, Manuela Coelho, José  
Correia, Miguel Correia, António Costa, Eugénia Cunha, Manuela de  
Deus, Adriaan De Man, Ana L. Duarte, Lídia Fernandes, Isabel C.  
Fernandes, Ângela Ferreira, M.ª Teresa Ferreira, Nádía Figueira,  
Alexandra Figueiredo, Iola Filipe, Tiago Fontes, Ana S. Gomes, Mário  
V. Gomes, António Gonzalez, Amílcar Guerra, Constança Guimarães,  
M.ª João Jacinto, Vitor O. Jorge, M.ª Jesus Kremer, F. Sande Lemos,  
João Lizardo, Virgílio Lopes, Sandra Lourenço, António Martins,  
Samuel Melro, Henrique Mendes, Victor Mestre, Paulo A. Monteiro,  
Rui Morais, João Muralha, António Nabais, Filipa Neto, Nuno Neto,  
M.ª João Neves, Luiz Oosterbeek, Rui Parreira, Luís Pereira, Teresa  
R. Pereira, João Perpétuo, Miguel Pessoa, João Pimenta, Marina  
Pinto, Museu da Cidade de Lisboa, Paulo O. Ramos, João Raposo,  
Jorge Raposo, Luís Raposo, Paulo Rebelo, Jorge Davide Sampaio,  
Severino Rodrigues, Helena Rua, Anabela P. de Sá, Raquel Santos,  
Suzana P. Santos, Ana Raquel Silva, António Carlos Silva, António  
Manuel Silva, Carlos Tavares da Silva, Filipa Cortesão Silva, António  
Monge Soares, Ana Margarida Vale, António C. Valera, Gonçalo L.  
Velho, Alexandra Vieira e Gertrudes Zambujo

**Colaboram na Adenda Electrónica** Elisa Albuquerque, Miguel  
Almeida, Clementino Amaro, Teresa M. Barbosa, Lília Basílio, Marco  
Calado, António Carvalho, António R. Carvalho, Tânia M. Casimiro,  
Catarina Coelho, Mónica Corga, Rui Couto, Gonçalo Cruz, M.ª Teresa  
Ferreira, Alexandra Figueiredo, Victor Filipe, Jorge Freire, Susana  
Gómez, Alexandre Gonçalves, Filipe Gonçalves, Francisco Sande Lemos,  
Virgílio Lopes, João Magusto, Rodolfo Manaia, Paulo A. Monteiro,  
Henrique Mendes, M.ª João Neves, Susana Nunes, M.ª F. Palma, Patrícia  
Peralta, João Pimenta, M.ª João Pina, Salette da Ponte, Lígia Rafael, Sara  
Ramos, Ana Luísa Santos, Ana Rita Santos, Constança G. dos Santos,  
Eurico Sepúlveda, Telmo Silva, Carlos T. Silva e Andreia Torres.

**Publicidade** Elisabete Gonçalves

**Apoio administrativo** Palmira Lourenço

**Resumos** Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês)  
e Maria Isabel dos Santos (francês)

**Modelo gráfico** Vera Almeida e Jorge Raposo

**Paginação electrónica** Jorge Raposo

**Tratamento de imagem** Jorge Raposo, com Cézer Santos

**Ilustração** Jorge Raposo

**Revisão** Maria Graziela Duarte, Fernanda Lourenço

**Pré-impressão** GC Design Ldª

**Impressão** Printer Portuguesa

**Distribuição** CAA | <http://www.almadan.publ.pt>

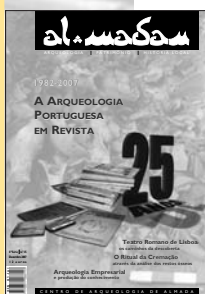
**Tiragem da edição em papel** 1500 exemplares

**Periodicidade** Anual

**Apoios** Câmara Municipal de Almada e Câmara Municipal do Seixal

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Capa Luís Duarte de Barros e Jorge Raposo

Composição gráfica sobre fotografia de escavação  
arqueológica na olaria romana do Porto dos Cacos.  
(Alcochete, 1990).

Fotografia © Jorge Raposo/Centro de Arqueologia de Almada

Com esta edição, *Al-Madan* completa 25 anos de existência, quinze dos quais na presente série, a segunda, iniciada em 1992. É um longo percurso, durante o qual o projecto evoluiu, cresceu e ganhou projecção nacional, ao mesmo tempo que muita coisa mudava nas áreas temáticas a que se dedica, nomeadamente no que à Arqueologia respeita – a disciplina ganhou estatuto de formação académica e de ocupação profissional; o seu “objecto” de aplicação diversificou-se e alargou-se a novas temáticas e “terrenos”; as metodologias complexificaram-se e enriqueceram-se no contacto com outras áreas de saber; as instituições de tutela substituíram-se umas às outras, ao sabor de diferentes orientações estratégicas (ou da falta delas!); a iniciativa privada ocupou gradualmente espaços antes assegurados pela administração pública ou abertos pelo forte crescimento da procura impulsionado por novos enquadramentos legislativos; os profissionais deram os primeiros passos no sentido da sua organização e auto-regulação; etc.

Boa parte desta transformação, radical sob muitos pontos de vista, está reflectida nas páginas dos volumes de *Al-Madan* publicados ao longo dos anos, a ponto da própria revista poder ser encarada como um dos protagonistas e agentes dessa transformação. Reflectir sobre o seu próprio percurso e sobre a história recente da Arqueologia portuguesa é, pois, o tema central desta edição, na sua versão impressa.

Para tal recorreu-se ao discurso directo e informado de diversos outros protagonistas, que partilham com os leitores experiências pessoais e sínteses do que de mais relevante ocorreu nesse período, nos planos institucional, social, organizativo e associativo, mas também da relação com outras ciências e da produção de conhecimento em várias temáticas específicas, da Pré-História aos períodos medieval e pós-medieval, à museologia e à Arqueologia industrial.

O dossiê impresso neste número inclui também um contributo para a cronologia sistemática da Arqueologia portuguesa do último quarto de século, a qual foi também colocada no sítio Internet da *Al-Madan Online*, onde está aberta à actualização e incorporação de colaborações que a enriqueçam e permitam corrigir erros e omissões.

Assim, consolidando a experiência positiva de anos anteriores, esta revista continua a ser produzida simultaneamente em papel e em formato digital, pelo que, quando se puderam ler as páginas do volume impresso, também se colocou acessível mais uma *Al-Madan Online - Adenda Electrónica*, disponibilizada na Internet para difusão alargada de outros conteúdos originais, em formato PDF (<http://www.almadan.publ.pt>).

No seu conjunto, os leitores encontrarão certamente muitos e bons motivos de interesse sobre o passado recente e o presente da Arqueologia portuguesa, e matéria para uma reflexão informada quanto ao seu futuro próximo.

Jorge Raposo

# A Torre Medieval de Santa Catarina de Sítimos

## elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada

por António Rafael Carvalho

Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

### 1. Introdução

Continua a ser grande o desconhecimento sobre os sistemas defensivos em espaço rural das cidades e castelos do Baixo Sado tardo-islâmico, no vasto espaço geográfico que se estende desde a serra da Arrábida até Évora ou Beja.

Uma primeira abordagem a esta questão foi apresentada no “Simpósio Internacional sobre Castelos”<sup>1</sup>, que decorreu em Palmela no ano 2000<sup>2</sup>.

Recentemente, voltei a estudar algumas questões ligadas a esta problemática, tendo como ponto de partida a medina de Alcácer<sup>3</sup> no final da presença islâmica.

O trabalho que apresentamos agora não pretende esgotar esta problemática, mas antes dar um contributo, ao promover o conhecimento de uma torre medieval que se localiza junto à aldeia de Santa Catarina de Sítimos.

### 2. Localização geográfica, visibilidade e situação actual

De planta quadrangular, esta torre foi edificada no cimo de uma colina de “crista”, a 30 metros de altitude, que se destacada na paisagem envolvente, ao longo das margens da ribeira de Sítimos.

Localiza-se sensivelmente a meio caminho entre a aldeia de Santa Catarina de Sítimos<sup>4</sup>, a Norte, e



↑ Figura 1

Foto tirada com zoom, desde a base da Torre de Santa Catarina de Sítimos.

Porto da Lama<sup>5</sup>, a Sul, num local estratégico de controlo das vias de comunicação<sup>6</sup> que permitiam a ligação entre Alcácer e as cidades de Évora e Beja.

Deste local é possível observar os seguintes locais<sup>7</sup>: para Norte, a pouco mais de 5 km, é visível a torre que constitui a Ermida de S. Lourenço<sup>8</sup>.

<sup>1</sup> “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)”.

<sup>2</sup> A comunicação foi publicada em 2002, nas actas desse simpósio (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO 2001c).

<sup>3</sup> CARVALHO 2006a; 2006b; 2007b.

<sup>4</sup> A primeira referência documental conhecida sobre esta aldeia remonta a 1250, facto que foi confirmado por algumas cerâmicas que exumámos na escavação arqueológica da villa romana aí existente. De referir que também foram exumadas algumas cerâmicas muçulmanas de meados dos séculos IX-X.

<sup>5</sup> O Porto da Lama corresponde a um local ulteriormente ocupado por uma villa romana, estando documentada a presença de terra sigillata e tesselas. A cartografia do Sul de Portugal e as Memórias Paraquiais referentes à

### r e s u m o

Estudo da torre de Santa Catarina de Sítimos (Alcácer do Sal, Setúbal), no contexto dos sistemas defensivos tardo-islâmicos em espaço rural, na área entre a Serra da Arrábida e Évora ou Beja. Provavelmente erguida sob domínio almóada, em 1191, esta torre permitia defender um vasto território, garantia a segurança de uma importante via militar e apoiava o controlo da fronteira do califado.

### p a l a v r a s c h a v e

Idade Média (islâmico); Arquitectura militar.

### a b s t r a c t

Study of the Santa Catarina de Sítimos tower (Alcácer do Sal, Setúbal), within the context of Late Islamic defense systems in rural areas, between the Arrábida mountain range and Évora or Beja. Probably built under almodad domination, in 1191, this tower served as defense of a vast territory, guaranteed the safety of an important military route and supported the control of the caliphate border.

### k e y w o r d s

(Islamic) Middle Ages; Military architecture.

### r é s u m é

Etude sur la tour de Santa Catarina de Sítimos (Alcácer do Sal, Setúbal), dans le contexte des systèmes défensifs islamiques tardifs en espace rural, dans la zone comprise entre la Serra da Arrábida et Évora ou Beja.

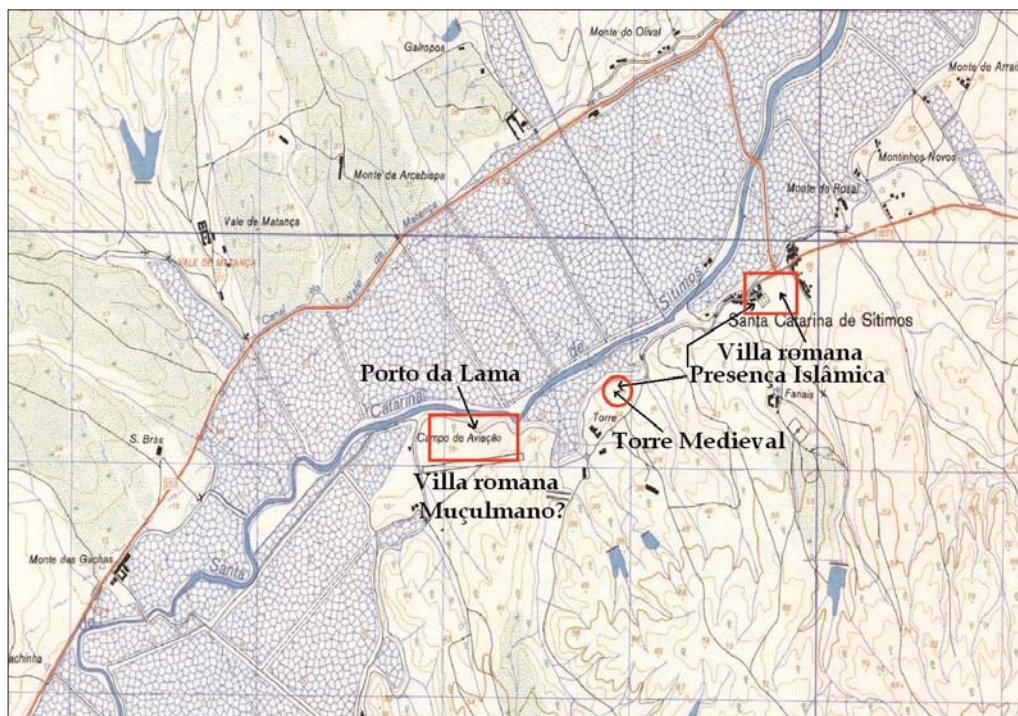
Probablement érigée sous la domination almoabite, en 1191, cette tour permettait de défendre un vaste territoire, garantissait la sécurité d'une importante voie militaire et aidait au contrôle de la frontière du califat.

### m o t s c l é s

Moyen Âge (islamique); Architecture militaire.

Figura 2 →

Mapa de localização da torre, entre Santa Catarina de Sítimos e o Porto da Lama.



Freguesia de Santa Catarina de Sítimos, assinalam desde o século XVIII este ponto como o local de passagem de Alcácer em direcção ao Torrão. Poderá corresponder à travessia da ribeira de Sítimos no trajecto da estrada romana para Beja. No Museu Pedro Nunes temos um marco milário do tempo de Diocleciano proveniente desta ocupação romana.

Não pomos de parte a existência de ocupação muçulmana neste local, apesar dos dados actualmente disponíveis não serem muito claros.

<sup>6</sup> Desde o período romano e até meados do século XVIII, era usual e possível a utilização fluvial da ribeira até Santa Catarina de Sítimos, podendo esta ser utilizada até ao Pego do Altar.

<sup>7</sup> Visibilidade tendo como referência a actual base da torre. Do seu alto é óbvio que o alcance é maior.

<sup>8</sup> Local provável de uma torre, tendo em conta a sua implantação topográfica e as linhas arquitectónicas da ermida, que seguem uma linguagem torrifórme. Avançamos a hipótese de ter existido neste local uma torre de cronologia islâmica. O local ainda não foi analisado de forma adequada, mas esperamos em breve clarificar esta questão.

<sup>9</sup> Só são visíveis as colinas e as casas do actual Bairro do Laranjal / Área urbana de Alcácer, que fica a 5 km, em linha recta.

<sup>10</sup> Cujas alturas ignoramos.

<sup>11</sup> Temos que estar cientes que, apesar de existirem locais situados à mesma distância em linha recta a partir de determinado ponto, o tempo que despendemos para nos dirigirmos a esses pontos pode variar imenso, tendo em conta os acidentes topográficos que encontramos pelo caminho, sejam eles colinas, ribeiros, pântanos, lodo, várzeas, etc.

Da base da torre não é possível observar o castelo de Alcácer <sup>9</sup>, ou a extremidade Norte da serra da Maceira. Contudo, se o ponto de visão for o alto desta torre <sup>10</sup>, bastam mais três metros para que seja visível a área da alcáçova do castelo de Alcácer, que em linha recta fica a pouco mais de 6 km.

Outros locais também são visíveis. Por isso, se os analisarmos em conjunto tendo em conta a distância em linha recta e não o tempo gasto em deslocação <sup>11</sup>, obtemos os seguintes elementos:

- Villa romana de Santa Catarina de Sítimos, aproximadamente 800 m;
- Villa romana do Porto da Lama, aproximadamente 700 m;
- Ermida de São Lourenço, a 5,2 km;
- Extremidade Norte da Serra da Maceira, onde fica a Ermida da Senhora das Chagas, a 6 km;
- Foz da ribeira de Sítimos no rio Sado, a 5 km;
- Limite do troço navegável da ribeira de Sítimos, próximo da Barragem de Pego do Altar, a 5 km;
- Bairro do Laranjal, a 5 km;
- Castelo de Alcácer, a 6,5 km;
- Serra da Lapa, a Norte de Santa Susana, a 8 km;
- Serrinha e Serra da Palma, a 13 km;
- Serra da Arrábida, Serra de S. Luís (Monte Córdova) e Castelo de Palmela na linha do horizonte.

Uma análise preliminar permite detectar um padrão interessante de locais que ficam inseridos dentro de um anel definido por um raio entre os 5 e os 6,5 km.

Por outro lado, a torre localizada no alto de uma colina entre duas villas romanas, fica igualmente a meio do trajecto romano e medieval fluvial da ribeira, desde o início do troço navegável a Norte, até à sua confluência no rio Sado.

Estes dados, que não são casuais, mas implicam um conhecimento profundo do território e uma gestão adequada do mesmo, permitem olhar de um outro modo para esta torre e procurar responder a um conjunto de interrogações que se levantam:

- Quando foi erguida?
- Qual a sua função?
- Qual foi o seu registo ao longo dos séculos?
- Que memória existe na cultura popular local, nomeadamente na aldeia de Santa Catarina?

### 3. O território

Segundo GOMES (2002: 141), partindo da delimitação de um território rural que tenha um raio de 5 km a partir de Silves, “aquela distância permitia a um agricultor, que residisse no núcleo urbano ou a ele se deslocasse para comercializar os seus produtos, regressar, no mesmo dia, a casa, depois de cerca de uma hora de marcha para cada lado”.

Adaptando este modelo para a realidade geográfica de Alcácer, a definição de um raio de 5 km apresenta actualmente poucos dados que possam ser manuseados com segurança.

Por outro lado, estamos inseridos num espaço geográfico com características próprias, que condicionou a dinâmica histórica e onde a rede fluvial navegável do Baixo Sado permite uma deslocação em tempo útil de uma hora e de carga transportada, num raio de acção superior aos 5 km ensaiados para Silves.

Por isso, se em vez de 5 km, propusermos para o vale de Sítimos um raio de acção com 6/7 km, a navegação pela ribeira permite uma influência directa de Alcácer até à actual aldeia de Santa Catarina, dentro do intervalo de uma hora de deslocação.

A existência de uma importante *villa* romana no Porto da Lama, a 6 km de Alcácer, a Torre localizada a 6,5 km e a *villa* romana de Santa Catarina a pouco mais de 7 km, permitem isolar um pólo de ocupação humana desde o período romano.

Este espaço assumiu uma centralidade muito forte, na margem esquerda da ribeira e junto ao seu troço navegável, que também coincide com a sua metade navegável até ao Pego do Altar.

Apesar da marginalização provável deste espaço em contexto pós-romano, a presença muçulmana na *villa* romana de Santa Catarina e na Torre, permitem supor que a memória deste “espaço central” não tenha sido esquecido e que junto à torre provavelmente exista uma alcaria islâmica.

Um dado que reforça esta leitura é-nos dado pelo foral, dado a Alcácer em 1218, onde se lê: “...*Et qui habuerit aldeiam et unum iugum boum...*”<sup>12</sup>.

O local que parece reunir as melhores condições para essa implantação é o Porto da Lama, que, como já foi referido, era o ponto de passagem da estrada romana para Beja e vem referenciado na cartografia, pelo menos desde o século XVIII, como local de passagem da estrada para o Torrão.

As cerâmicas provenientes do Porto da Lama e depositadas no Museu Pedro Nunes são todas de cronologia romana, abrangendo o Alto e o Baixo Império. Contudo, a área ainda não foi totalmente prospectada, o que contamos efectuar em breve.

Achamos interessante que a Torre se localize a meio caminho entre Santa Catarina e o Porto da Lama.

Pensamos que o desenvolvimento da aldeia de Santa Catarina, referenciada em 1249, em detrimento do Porto da Lama, tenha sido uma consequência da ocupação cristã deste espaço após a conquista definitiva de Alcácer em 1217, quando são adoptadas outras estratégias de ocupação do território<sup>13</sup>.

Os dados conhecidos para o Sul do país, como por exemplo Silves e outros na vizinha Espanha, apontam quase sempre para o decréscimo demográfico de grandes parcelas de determinados espaços rurais e para alterações drásticas nos padrões de povoamento.



↑ Figura 3

O espaço envolvente da Torre, estando esta no centro. Observam-se também a Senhora das Chagas, possível atalaia, e as Mourarias (alcaria, torre ou atalaia?).

<sup>12</sup> Muitos historiadores insistem que os primeiros forais não passam de minutas que poucos dados possuem de diferenciação entre si, ou seja, contribuem pouco para caracterizar a sede de concelho e o seu termo. É certo que existe uma matriz que permite enquadrar os forais em várias “famílias”, mas uma leitura mais atenta permite detectar elementos documentais de grande importância. Por exemplo, o Foral de Palmela de 1185 refere a dada altura a existência de um “Foral” de Alcácer que entretanto desapareceu: “...*cartam habitatoribus de Palmela per illud forum de Elbora, et de Alcazar, et de Ablantes rotobo et confirmo*” (BARROS, SILVA e COSTA 2005: 51). Tomemos como exemplo o Foral de Alcácer de 1218. Apesar de este documento normativo fazer parte do grupo de Évora, é em termos formais semelhante ao de Palmela e segue o foral e costume de Montemor-o-Novo, como é expresso no próprio texto destinado a Alcácer (“*Damus siquidem vobis forum et custume de Monte maiori*”). Contudo, o Foral de Alcácer é o único que menciona a existência de aldeias no seu termo, o que permite documentar a existência de povoamento

rural islâmico que terá sido pouco desarticulado após a conquista definitiva de 1217. Tendo em conta a longevidade das aldeias que são mencionadas no termo de Alcácer entre 1249 e 1255 e que se mantêm actualmente, nomeadamente *Palma*, *Setimus* (actual Santa Catarina) e *Vale de Guizio* (Vale de Guizo), é provável que sejam estas as aldeias mencionadas no foral de 1217, podendo existir “outras”, como, por exemplo, a *Bemposta*, junto a *Casebres*, ou mesmo *Cabrela*, que ganha autonomia concelhia de Alcácer algumas décadas depois. A ausência nesse documento de referências a castelos poderá corresponder a um lapso. Contudo, este dado permite aceitar que o Torrão (*Turus* nas fontes muçulmanas) e Santiago do Cacém ainda não tinham sido conquistados nessa altura.

<sup>13</sup> Nesta perspectiva, a aldeia de Santa Catarina, a Norte desta Torre, fica no limite extremo da acção directa e espaço económico da medina alcaçerense, exercida por via fluvial.

Figura 4 →

A Torre como chegou aos nossos dias, após a reconstrução total que sofreu nos anos 60 do século passado.



<sup>14</sup> Actualmente só temos a confirmação por documentação arqueológica de um exemplo: a torre de Santa Catarina de Sitimos. Alguns elementos disponíveis permitem supor que a Ermida de S. Lourenço, em Vale de Reis, corresponderia a uma outra torre desta natureza, mas o edifício que chegou até aos nossos dias está profundamente alterado. Existe, contudo, um conjunto de outros locais que foram detectados por análise de toponímia e que terão servido de atalaia e de *ribita* em volta de Alcácer. É o caso da actual ermida da Nossa Senhora das Chagas / / *Sajra*, palavra árabe que significa penha ou um promontório escarpado com funções de vigilância (MARTÍNEZ ENAMORADO 1998: 57). Neste local são visíveis muros de cronologia ulterior, mas onde não conseguimos apanhar cerâmica. Detectámos a existência de um topónimo Torre junto à Morgada e, na mesma área, a Arabia, que poderá ser a corrupção da expressão “A Rabita”, como podemos deduzir com base na análise de uma denominação topográfica existente num documento da Ordem de Santiago, do século XIV: “... ao comendador da Arabia e parese aos emcarregos” (Doc E - 1327.V.26 - Lisboa. Estabelecimentos elaborados por D. Pedro Escacho, Mestre da Ordem de Santiago, em Portugal, p. 233, cit. BARBOSA, Isabel Maria C. Lago (1998) – “A Ordem de Santiago em Portugal nos Finais da Idade Média (Normativa e Prática)”. In *Militarium Ordinum Anacleto*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida. 2: 93-288.

#### 4. A documentação arqueológica e as problemáticas historiográficas

Um dado que reforça estarmos em presença de uma cópia aproximada da estrutura original que sobreviveu até ao século passado, é o pormenor que podemos ver nas ameias. É importante realçar este ponto, porque as ameias almóadas das torres e muralhas de Alcácer que sobreviveram à época (anos 1960) não tinham esse pormenor. As ameias almóadas costumavam terminar em pirâmide e decerto esse elemento foi utilizado no castelo de Alcácer e nesta torre. A título de exemplo, podemos referir o sistema defensivo almóada de Sevilha, na zona da Macarena, onde esse pormenor arquitectónico ainda se mantém actualmente.

A construção que actualmente é-nos dado a observar corresponde a uma obra de meados dos anos 60 do século passado, que reproduziu a volumetria da torre e que procurou ser fiel à linguagem arquitectónica ainda sobrevivente à época.

Em conversa com algumas pessoas ligadas à recuperação da torre, ficámos a saber que o aspecto desta construção seria semelhante às torres em taipa existentes no castelo de Alcácer, permitindo supor que ela fosse construída nesse material.

Alguns fragmentos de taipa militar, muito arenosa e rica em cal, foram encontrados junto à torre, apontando nesse sentido.

Também foi confirmado que a actual altura corresponde ao tamanho de ruína que chegou até à época da sua recuperação, ou seja, desconhecemos a altura original da construção.

O mesmo se passa em termos de volumetria. É provável que o tamanho original corresponda antes ao patamar aí existente e não ao edifício reconstruído que é actualmente visível.

Por outro lado, a ideia que a torre transmite actualmente é de um ar “acanhado”. Tudo leva a crer que o que foi reconstruído corresponde a uma versão reduzida da torre original.

Como não temos documentos iconográficos desta torre, o que é nos dado a observar segue o modelo das torres almóadas em taipa do castelo de Alcácer, e provavelmente segue a linguagem arquitectónica existente nesta estrutura.

No terreno, encosta e terraço em volta da torre, encontrámos algumas cerâmicas, muito fragmentadas, nomeadamente telhas de várias épocas.

Do leque recolhido, identificámos alguns fragmentos de cerâmicas islâmicas tardias, uma delas com pintura branca, de cronologia almóada, assim como cerâmicas medievais cristãs e modernas, desde o século XIV até aos séculos XVII-XVIII.

Apesar de não estarmos em presença do edifício original, a volumetria de planta quadrada, a sua construção original presumivelmente em taipa militar e a presença de algumas cerâmicas almóadas autorizam pensar que estamos perante uma obra tardo-islâmica, que filiamos em contexto almóada.

Durante esta Fase, as torres (*burūy*) estavam para a defesa das aldeias (*qurā*), como os castelos (*ḥuṣūn*) estavam para a defesa das cidades.

Segundo *Ibn Luyūn* (1282-1349), no seu tratado de agricultura (*Kitāb Ibdā’ al-malāḥa wa-inhā’ al-raāha fi usūl sinā’t al-filāḥa*), era necessário numa herdade a construção no alto de uma colina, de uma torre que fosse habitável.

Mas em que altura foi necessário construir estas torres na região de Alcácer? <sup>14</sup>

Em cima, estrutura actual e “proposta de reconstrução” do original almóada.

Em baixo, o sistema defensivo almóada em Sevilha, que ilustra claramente o que existia no castelo de Alcácer do Sal e que será o modelo da Torre de Santa Catarina.



E, por outro lado, qual é o termo mais correcto para designar a estrutura de Santa Catarina? Torre (*Burġ*) ou Atalaia (*Tali'a*)?

Esta questão é importante, porque de uma forma quase subtil esta diferenciação também tem uma expressão toponímica em Alcácer, como por exemplo: locais com o nome de Vela <sup>15</sup> (de velar, vigiar) ou Atalaia <sup>16</sup> correspondem quase sempre a sítios de cumeada, onde o registo arqueológico é praticamente residual <sup>17</sup>.

Nestes casos, poderemos estar em presença de locais estratégicos no ponto de vista das populações rurais da zona, em que o sistema de vigia fora do âmbito “oficial / estatal”, seria esporádico ao longo do tempo, só tendo expressão em ocasiões muito especiais. Daí a inexistência de estruturas de apoio em alvenaria ou em taipa <sup>18</sup>.

No caso dos topónimos com o nome de Torre, estes situam-se quase sempre em pontos estratégicos junto ao rio Sado, ao lado de troços navegáveis de ribeiras e junto a caminhos, como é o caso das várias torres existentes junto ao rio Sado, Porches <sup>19</sup>, Santa Catarina ou S. Lourenço.

Estamos aqui em presença de torres que terão sido mandadas erguer pelo “poder central” ou pelos seus delegados instalados em Alcácer entre 1191 e 1217, caso dos *Banū Wazīr*.

Um texto que ilustra muito bem esta questão é citado por MARTÍNEZ ENAMORADO (1998: 58), quando este transcreve a ordem de construção por parte do “poder central Nazari”, por intermédio do *ḥāyib Riḍwān*, de mais de 40 torres (*burūy*) de defesa, da costa oriental do *Ṭagr Vera* <sup>20</sup> até à zona ocidental: “*Wa banà min al-abrāy al-munī'a fī maṭalim al-ṭugūr wa-rawāhi* (sic) *muṭāla'a-hā al-mundira, ma yanīfu 'alā arba 'in burf, fa-hiyya māṭila ka-l-nuṣum ma-bayna al-baḥr al-Šarqi min ṭagr Bīra ilā al-aḥwāz al-garbiyya*”.

Perante a escassez de fontes documentais e arqueológicas referentes ao espaço rural de Alcácer, somos obrigados a olhar para outros locais do *al-Andalus*.

Segundo SÁNCHEZ VILLAESPESA (1996: 160), estas torres surgem em momentos tardios do domínio islâmico no *al-Andalus*, dado que o conceito de fron-

<sup>15</sup> Ponto mais elevado da serra do Loureiro, a Norte da aldeia de Palma.

<sup>16</sup> Como, por exemplo, o ponto mais elevado da serra de Grândola.

<sup>17</sup> Sobre esta questão, CARVALHO 2007b.

<sup>18</sup> As estruturas de apoio seriam provavelmente de natureza muito pouco perene, à base de madeira, ramos, folhagem ou canas.

<sup>19</sup> Neste caso estamos em presença de um *Burj* / Torre, localizado junto a Vale de Guizo.

<sup>20</sup> Desde o trabalho sobre Alcácer que apresentámos em 2000, no “Simpósio Internacional sobre Castelos” realizado em Palmela, que defendemos a existência de um *Ṭagr al-Qasr* em contexto almóada, que controlava a fronteira terrestre e marítima, desde a serra da Arrábida até provavelmente à foz do rio Mira. Esta hipótese de trabalho, que necessita de ser melhor trabalhada, já foi aceite por alguns investigadores do país vizinho, caso de

García Fitz no seu último trabalho monográfico sobre a Batalha de Navas de Tolosa e nas reflexões que efectua sobre o exército e estrutura defensiva almóada no *al-Andalus* (GARCÍA FITZ, Francisco, 2005, *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel). Esta hipótese também é confirmada na observação que o geógrafo muçulmano do século XIII e contemporâneo dos factos ocorridos em Alcácer, *Ibn Sa'īd al-Maghribi*, escreve na sua obra *Kitāb bast al-ard fi-tūl wa-l'ard*, dada a conhecer por António REI (2005: 21), quando afirma e reforça o papel militar de Alcácer: “... Daí até onde está o rio Sado, no Golfo do Âmbar, quarenta milhas. Sobranceiro a ele (*Sado*) está o Castelo com ele relacionado, tendo os Cruzados no nosso tempo tido aí uma famosa batalha. **Situava-se no extremo das fronteiras do Islão daquela região**”. (Facto que permite aceitar a existência de um *Ṭagr al-Qasr*. O destacado é nosso).

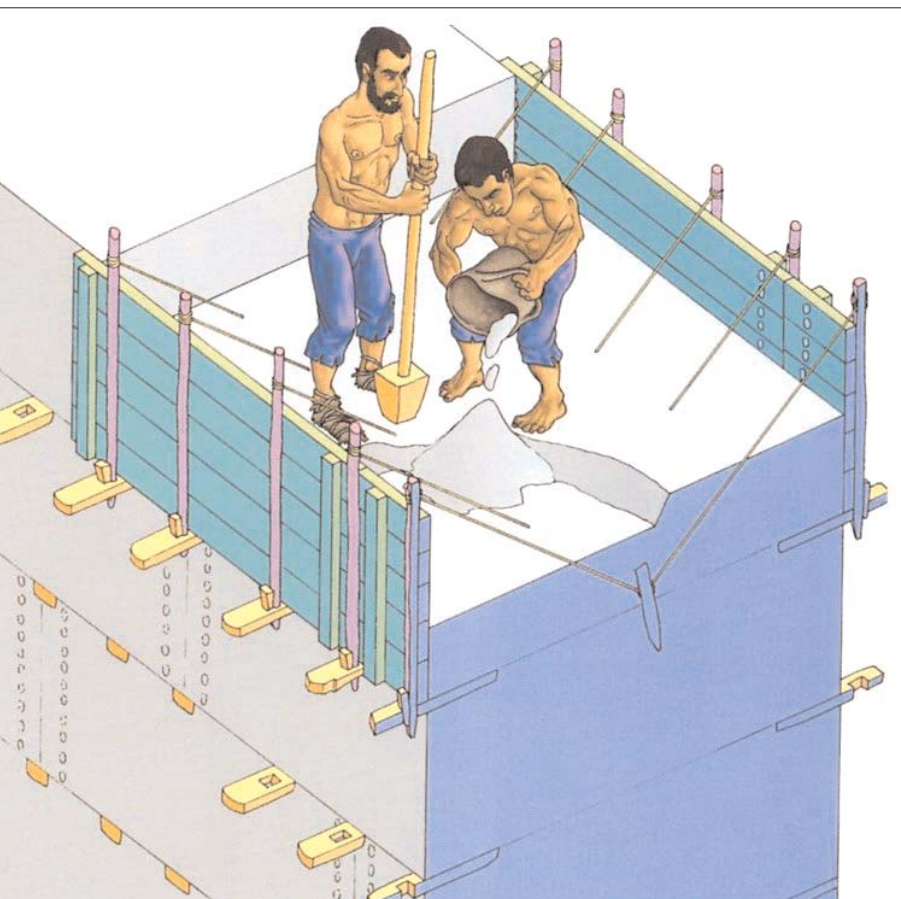


Figura 7 ↑

Técnica de construção em taipa militar, durante a fase almóada, segundo desenho de MARQUEZ BUENO e GURRIARÁN DAZA (2006).

teira vai começar a incluir vastos espaços agrícolas vitais para as medinas ameaçadas pelo avanço cristão. Deste modo, os almóadas ao sentirem-se ameaçados, foram obrigados a defender os territórios economicamente mais importantes, que, no presente caso de Alcácer, corresponderiam à vasta várzea da ribeira de Sítimos, à floresta e montado de Vale de Reis e, no vale do Sado, ao espaço peri-urbano de Alcácer, desde o Rapa, na entrada do estuário, até à zona de Vale de Guizo, Porches, Benegazil e Porto del Rei.

## 5. O registo documental e a memória popular

Infelizmente, o fundo documental de Alcácer foi destruído num incêndio nos anos 60 do século passado.

A recuperação do nosso passado passa forçosamente pela Arqueologia e pela documentação produzida pela Ordem de Santiago e por outras instituições deste concelho, como é o caso da Misericórdia de Alcácer.

Deste modo, o registo documental mais antigo que possuímos sobre esta torre não traduz, como já vimos, a sua génese, dado que se trata de uma construção que tudo leva a crer ser de natureza “oficial” almóada.

Desde o século XVIII que este monumento tem o nome de torre.

Em 1249 aparece a primeira referência documental a *Setimus* (actual Santa Catarina) e a *Alberge* (a Norte de Vale de Reis).

Sabemos que desde a conquista de 1217 e até meados dos séculos XVI-XVII, este vasto território de Sítimos estava debaixo da gestão da Ordem de Santiago, não sendo de descurar o interesse que a própria Ordem teria na manutenção deste monumento na paisagem circundante, por surgir no horizonte e nas margens da várzea como marco simbólico de natureza arquitectónica, expressão real do seu domínio senhorial.

Segundo a *Crónica de D. João II*, de Garcia de RESENDE (1798: 258), no Capitulo CLXXXV (*Do que el Rey disse a Ioam Fogaça vindo da Sitima*), “*Foy el Rey hum sabbado caçar, e jantar a Sitima, como muytas vezes fazia*”<sup>21</sup>.

Em Sítimos residia e cuidava da coutada o “*veadeiro Ioam Fogaça*”.

No século XVIII, aparece a primeira referência que conhecemos à Torre.

Segundo o Pároco Bernardo de Faria Pessanha, e escrito em 20 de Abril de 1758: “*É esta freguesia de Santa Catarina de Sítimos composta de vários moradores desperços, sem ter povoação junta, mais que uma pequena Aldeia de doze vizinhos junto à Igreja, cujas casas estão situadas umas em terras da herdade de Jerónimo Paritojo? chamada a Torre...*”

Em termos de memória popular, detectámos os seguintes elementos:

- A crença na presença de uma grande “cidade” ao longo da margem esquerda da ribeira, desde a herdade de Arraes até ao Porto da Lama. A nossa Torre fica no meio.

- A existência de uma lenda muito antiga, ligada à Torre, que nos foi contada na aldeia de Santa Catarina, a qual agradecemos e basicamente diz o seguinte: aparece junto à Torre um touro encantado que tem uma espada espetada no dorso. Junto a ela está enterado um tesouro. Para alguém o conseguir desenterrar tem que ser durante a noite. Deve arranjar um cesto de vime, cheio de palha, dirigir-se à torre e dar essa palha ao touro. Enquanto o animal estiver a comer, pode tentar encontrar o tesouro. Depois, quando ela acabar, só lhe resta fugir...

## 6. Conclusão

Apesar da escassez dos dados que possuímos actualmente, a nossa análise em relação a esta torre permite chegar às seguintes leituras:

- Estamos em presença de uma construção muçulmana tardia, provavelmente construída em taipa militar, erguida pelo poder almóada após 1191.

- Localizada no alto de uma colina, a 30 metros de altitude, a sua posição geográfica junto à ribeira e

<sup>21</sup> Segundo a crónica, o rei costumava comer em Sítimos, para além de caça (veados!), bom peixe proveniente de Setúbal e Lisboa.

no meio do seu troço navegável, permitia defender um vasto território rural, economicamente importante e dependente da medina de Alcácer.

– Na sua vizinhança provavelmente existiria uma alcaria muçulmana, na actual Santa Catarina ou no Porto da Lama.

– Esta torre garantia a segurança possível no “caminho militar muçulmano” que permitia a ligação a *Turrus* / Torrão e a *Baya* / Beja.

– Esta estrutura estava articulada com outras torres e atalaias que, deste modo, complementavam a segurança de Alcácer, como sede de fronteira do califado almóada, frente a Lisboa e Évora.

– Em termos de estruturação do território, estamos perante um modelo islâmico tardio de defesa do território rural e dos recursos, que segue de perto o que foi usado noutras parcelas do império almóada em contexto peninsular.

– A lenda, ao referir a existência de um touro encantado associado a um tesouro, podendo ser uma criação popular em contexto cristão, poderá reflectir a grande riqueza deste território em contexto almóada, que é mencionada por autores muçulmano ulte-



riores, como Idrisi, no século XII, quando entre os produtos mais abundantes de Alcácer mencionam a madeira para a construção naval e a criação de gado bovino, denunciando uma especialização económica de uma cidade portuária e base militar.

↑ Figura 8

A Torre vista da ribeira de Sítimos e à entrada da aldeia de Santa Catarina.

## Bibliografia

### Documentos

RESENDE, Garcia de (1798) – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: IN - Casa da Moeda.

### Estudos

BARROS, M. Filomena; SILVA, M. Santos e COSTA, J. Paulo Oliveira e (2005) – *Os Forais de Palmela: estudo crítico*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

CARVALHO, A. Rafael (2004) – “Alguns Aspectos de Alcácer no Final do Período Muçulmano”. *Neptuno*. 2 (5-6).

CARVALHO, A. Rafael (2005a) – “Alcácer do Sal Entre 1191 e 1217 (II Parte): o papel do *Hisn Turrus* / Castelo do Torrão, no sistema defensivo alcacerense”. *Neptuno*. 5: 5-7.

CARVALHO, A. Rafael (2005b) – “Alcácer do Sal Entre 1191 e 1217: os dias em que *al-Qasr al-Fath* foi sede do império Almóada”. *Neptuno*. 6: 12-13.

CARVALHO, A. Rafael (2006a) – “O Santuário do Senhor dos Mártires em Contexto Islâmico: alguns elementos para o seu estudo”. *Neptuno*. 7: 4-6.

CARVALHO, A. Rafael (2006b) – “A Representação Iconográfica do Senhor dos Mártires e Alcácer do Sal no Século XIII”. *Neptuno*. 8: 6-9.

CARVALHO, A. Rafael (2006c) – “A *Villa Romana* de Santa Catarina de Sítimos: breve abordagem aos resultados da campanha arqueológica de 2006”. *Neptuno*. 9: 14-16.

CARVALHO, A. Rafael (2007a) – “O Touro e o Cavalo em Alcácer do Sal: contributos para uma história durante a romanização (com uma breve incursão em contexto islâmico)”. In *Catálogo da Exposição “O Cavalo, o Touro e a Tourada”* (Arquivo Municipal de Alcácer do Sal, 24 Jul.-31 Ago. 2007), pp. 27-71.

CARVALHO, A. Rafael (2007b) – “Um Olhar Sobre as Origens de Palma / Alcácer do Sal”. *Neptuno*. 10: 2-5.

CARVALHO, A. Rafael (2007c) – *A Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos: contributos para o estudo da romanização do Baixo Sado*. Relatório da Intervenção Arqueológica 2006.

CARVALHO, A. Rafael; FARIA, J. Carlos e FERREIRA, M. Aires (2004) – *Alcácer do Sal: arqueologia e história de uma medina do Garb al-Andalus (séculos VIII-XIII)*. C. M. Alcácer do Sal / IPM.

CARVALHO, A. Rafael; FARIA, J. Carlos e FERREIRA, M. Aires (no prelo) – *(Al-Qasr) Alcácer do Sal: arqueologia e história de uma madina do Garb al-Andalus (séculos VIII-XIII)*. Alcácer do Sal: C. M. Alcácer do Sal.

GOMES, Rosa Varela (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Lisboa: IPA.

MÁRQUEZ BUENO, Samuel e GURRIARÁN DAZA, Pedro (2006) – *Cáceres: una punta de lanza almohade frente a los reinos cristianos*. Cáceres.

MÁRTINEZ CASTRO, António (2003) – “Breves Notas Sobre la Funcionalidad de las Torres Islámicas de la Campiña de Córdoba”. *Antiquitas*. 15: 79-93.

MÁRTINEZ ENAMORADO, Virgilio (1998) – “La Terminología Castral en el Territorio de *Ibn Hafsun*”. In *Actas I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus*, pp. 33-78.

PAIXÃO, A. Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A. Rafael (2001a) – “Contributo para o Estudo da Ocupação Muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de *Aracoelli*”. *Arqueologia Medieval*. 7: 197-209 (Actas do Colóquio “Lisboa: Encruzilhada de Cristãos, Judeus e Muçulmanos”, 1997).

PAIXÃO, A. Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A. Rafael (2001b) – “Cerâmicas Almóadas de *al-Qasr al-Fath*”. In *Actas do Encontro sobre Cerâmicas Muçulmanas do Garb al-Andalus*. Lisboa: IPPAR / Junta de Extremadura, pp. 198-229.

PAIXÃO, A. Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A. Rafael (2001c) – “Aspectos da Presença Almóada em Alcácer (Portugal)”. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Ed. Colibri / C. M. Palmela, pp. 369-383 (Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Palmela).

REI, António (2005) – “O *Gharb al-Andalus* em Dois Geógrafos Árabes do Século VII-XIII: *Yāqūt al-Hamāwī* e *Ibn Sa’id al-Maghribī*”. *Medievalista online*. 1 (1).

SÁNCHEZ VILLAESPEA, F. (1996) – “Las Torres de la Campiña de Córdoba en el Siglo XIII. Un sistema de defensa de las comunidades rurales en época almohade”. *Revista Qurtuva, Estudios Andalusíes*. 1: 157-160.